

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

42

ABRIL – JUNHO
1986

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGIA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	500\$00	650\$00
Outros países estrangeiros	600\$00	700\$00
Este número especial	125\$00	

42

ABRIL — JUNHO 1986
ANO XI

Abertura

A Liturgia no contexto da Pastoral

Serviços Diocesanos do Património

Histórico-Artístico: um sector a não olvidar

Comissões Diocesanas de Música Sacra

Os leigos na Liturgia-reflexão a nível europeu feita
em Lisboa

XII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

Curso de pós-graduação em Liturgia no Brasil

Pelo Secretariado Nacional de Liturgia

Assembleias dominicais sem padre

Correio dos Leitores

Direcção

L. Ribeiro

José António Falcão

Direcção

»

»

»

»

»

»

Publica-se, neste número do Boletim de Pastoral Litúrgica, a segunda parte do artigo de L. Ribeiro sobre a Liturgia no contexto da Pastoral e, com ele, se procura esclarecer um problema que nem sempre é bem compreendido e solucionado no nosso País, mesmo em meios responsáveis.

Tencionando manter uma secção sobre Arte Sacra, que está tão intimamente ligada à Liturgia e cuja oportunidade ninguém, por certo, se recusará a admitir, reproduzimos, com a devida vénia, de Raio de Luz, n.º 114, Sesimbra, 17 de Janeiro de 1986, um artigo do nosso colaborador Dr. José António Falcão sobre os Serviços Diocesanos do Património Histórico-Artístico.

A deficiente preparação dos nossos arquitectos e a ignorância das populações neste domínio; as pretensões, nem sempre razoáveis, das comissões de defesa do património cultural à guarda dos valores artísticos ao serviço do culto; as críticas, por vezes infundadas, com que se avalia o trabalho persistente e humilde das comissões diocesanas de Arte Sacra — tudo isto faz com que seja altamente meritório o objectivo esclarecedor deste artigo.

A reunião, a nível nacional, das Comissões diocesanas de Música Sacra representa um passo significativo no esforço que se vai fazendo nas dioceses e pretende dar início a um trabalho que se impõe pela sua eficácia e continuidade. Oxalá se possa dar início no Boletim a uma nova secção que apresente os problemas e as soluções que surgem no campo da Música litúrgica, enquanto se não conseguir uma publicação mais ambiciosa.

A notícia do Encontro Europeu dos Secretários nacionais de Liturgia, efectuada pela primeira vez no nosso País, constitui o acolhimento do Boletim a uma iniciativa europeia em que Portugal tem participado com empenho e regularidade desde o princípio, e quer significar a nossa admiração pelo trabalho que estes Encontros têm desenvolvido com exemplar eficácia e oportunidade pastoral.

O próximo Encontro nacional aparece neste número com a sua temática e programa. Esta iniciativa do SNL tem-se repetido com frequência anual desde 1975. As inscrições passaram de umas escassas oito dezenas no 1.º Encontro para mais de mil nos três últimos. A sua regularidade e o aumento constante dos seus participantes fazem destes Encontros uma escola, a nível nacional, tanto para sacerdotes e seminaristas como para religiosas e leigos de todas as dioceses do País. Podemos dizer, sem faltar à objectividade, que constituem um acontecimento sem paralelo em qualquer País europeu.

A referência aos Encontros diocesanos mostra bem como o trabalho a nível nacional se desdobra e multiplica a nível local em muitas dioceses e, nalgumas delas, com impressionante perseverança.

A secção do SNL, se pode dar a sensação de que se tem trabalhado muito e a sério, não deixa de revelar também que algumas edições tardam a chegar oportunamente às mãos do público, e que é deminuto, para as necessidades, o número de obreiros desta grande seara que é a pastoral litúrgica.

A Liturgia no contexto da Pastoral (II)

Revelação e liturgia

Deus falou e agiu ao longo da história para firmar uma aliança com os homens, para fazer deles um povo, o seu Povo.

Se a liturgia é a acção comum de Deus e do seu Povo para celebrar essa aliança, deve dizer-se que a revelação está ordenada à liturgia. Deus revela-se para se dar, entrega-se para se ligar, para se aliar.

Logo no princípio da história da salvação, o sacrifício de Abraão oferecendo o seu filho Isaac sela de maneira definitiva o vínculo que une Javé e o Patriarca. A Aliança do Sinai é a primeira realização de uma verdadeira liturgia, acção conjunta de Deus que se revela e se dá, e do Povo que consente ser «propriedade particular de Deus».

Apesar das repetições periódicas do compromisso de aliança e das suas actualizações litúrgicas, o coração do Povo afasta-se incessantemente. Mas é através de todas estas vicissitudes da história de Israel que Deus vai preparando o Povo para a vinda de seu Filho, a aliança nova e perfeita. O sacrifício do Calvário sela a aliança nova e eterna no sangue de Cristo — o verdadeiro Cordeiro pascal —, para que o novo Povo de Deus possa ser inserido na vida trinitária, graças ao Espírito dos filhos. Desde então, a liturgia não cessa de actualizar para todas as gerações o sacrifício único da nossa reconciliação com Deus, sendo ao mesmo tempo o penhor e a antecipação da aliança definitiva na glória da Jerusalém celeste.

Desde a revelação original até à revelação última que é o Apocalipse, Deus não se faz àqueles que aceitam constituir o seu Povo, senão para fazer aliança com eles, para os introduzir na sua vida. Noutros termos : toda a revelação se ordena à liturgia.

Dirigida a um povo, proposta por um conjunto de actos e de palavras, finalizada por uma relação, a revelação divina «abre-nos» à inteligência da liturgia, celebração da Aliança. Na liturgia, com efeito, às palavras e aos gestos que vêm de Deus correspondem as palavras e os actos do povo de filhos. (1)

Daqui decorre que a liturgia não é só aquela forma de oração comunitária e eclesial de que a leitura da sagrada Escritura constitui uma componente essencial. É que se a sagrada Escritura é o anúncio perene do plano divino da salvação, a liturgia é a sua actuação sacramental.

Assiste-se, assim, a um facto importante: a sagrada Escritura na liturgia deixa de ser uma simples palavra escrita, para assumir o papel de anúncio-proclamação de um acontecimento de salvação presente. Noutras palavras : o acontecimento que se lê na Escritura, **actua-se** na liturgia.

A sagrada Escritura encontra assim na liturgia a sua interpretação naturalmente concreta, isto é, sempre no plano da história da salvação e não no plano de elucubração intelectual. Cristo é a realidade anunciada pela sagrada Escritura e torna-Se a realidade verificada-celebrada-comunicada na liturgia. Deste modo será precisamente a liturgia, através da «experiência» directa do mistério de Cristo, a dar-nos aquele «conhecimento» e «revelação» do mesmo mistério, que não poderá ser apreendido só intelectualmente mas tenderá a ser cada vez mais experiência íntima e existencial. Portanto, a sagrada Escritura, mesmo como «revelação» da salvação, completa-se na liturgia. (2)

Fé e liturgia

A pregação e a catequese estão fortemente influenciadas pela concepção helénica e escolástica segundo a qual a palavra

(1) Cf. R. LE GALL, *La Liturgie dans la nouvelle Alliance*, C. L. D., Chambray, 1982, pp. 221-224.

(2) Cf. S. MARSILI, *La Liturgia, momento storico della salvezza*, in *Anàmnesis*, I Marieti, Roma 1979, pp. 101-102.

se propõe iluminar a inteligência. Certamente, a pregação tem um momento noético que não se pode desprezar. Mas este aspecto não ocupa o primeiro lugar na pregação e na fé cristã. A Escritura insiste antes na dimensão dinâmica da Palavra: esta aponta para um acontecimento. O que se anuncia, acontece. O kerigma é o anúncio vivo e historicamente determinado da obra da salvação em Cristo. A pregação «deve ir beber, como a sua fonte, à sagrada Escritura e à liturgia, e ser como o anúncio das grandes obras de Deus na história da salvação, ou seja, no mistério de Cristo» (SC 34, 2).

Esta pregação viva em nome de Deus e inspirada pelo Espírito Santo é dirigida a produzir um verdadeiro encontro entre Deus e o homem. Excita aquele que a escuta a converter-se, a entregar-se na fé ao Deus da salvação. Sob a impressão do kerigma, o homem acede à decisão existencial da fé. Este movimento de **metánoia** é um processo que o afecta profundamente no seu coração.

Todavia, esta vivência íntima não é ainda plenamente a fé. A vivência interior só se converte em algo do homem quando este de algum modo lhe dá forma, a configura. A fé tem que expressar-se; de outra forma, a vivência da fé não chega a converter-se em parte vital da pessoa inteira. A fé há-de expressar-se em palavras, símbolos e acções simbólicas. Isto é precisamente o que acontece na liturgia.

A fé é muito mais que uma condição para a liturgia, e a liturgia muito mais que a simples confirmação da fé já existente. A fé só alcança a sua realização ao expressar-se em forma simbólica. Do mesmo modo que um pensamento ou uma disposição amorosa não existem verdadeiramente senão quando os expressamos, assim a fé não adquire verdadeira existência e consistência senão quando é expressada. Enquanto o pensamento ou o amor não se expressam, permanecem no vago e na imprecisão. O mesmo acontece com a fé: é vaga e imprecisa enquanto não se expressa. Na celebração litúrgica a fé preexistente alcança a sua configuração plena e converte-se em autêntica entrega. É que os sacramentos «não só supõem a fé, mas também a alimentam, fortificam e exprimem por meio de palavras e ritos, razão pela qual se chamam sacramentos da fé» (SC 59). Pode assim dizer-se que a fé é parte integrante da liturgia e, ao inverso, que a liturgia é parte integrante da fé.

Esta expressão da fé não é um acontecimento meramente individual. Realiza-se na e pela comunidade da Igreja, o povo de Deus. Quem confessa a sua fé, avança para a água e se submete à imersão, expressa sem dúvida a sua própria fé, mas ao mesmo tempo mergulha na expressão da fé da própria Igreja, vivida e celebrada concretamente na comunidade local. (1)

Catequese e liturgia

A função própria da liturgia não é ensinar mas fazer viver o mistério da salvação. Mas, por isso mesmo, a liturgia é fonte e tipo de uma catequese que não tenha só em vista transmitir uma doutrina exacta mas, sobretudo, introduzir numa fé viva.

A fé, como vimos, não é simplesmente ciência, algo meramente conceptual, mas também vida e culto. Deve pois anunciar-se e celebrar-se de tal modo que o povo cristão seja iniciado de maneira inteligível no mistério de Cristo e se sinta penetrado por ele.

A liturgia apresenta com predilecção as linhas fundamentais do mistério da salvação, em relação com o mistério pascal de Cristo que é o seu centro e como que a sua síntese. Pelas leituras da Escritura e pela salmodia — elementos fundamentais de toda a liturgia cristã —, os fiéis são postos em contacto directo com as fontes mais puras onde possam alimentar a sua fé. A disposição destas leituras ao longo do ciclo litúrgico e as aproximações entre elas, em particular entre as do Antigo Testamento e o Evangelho, ajudam a compreender a sua significação profunda à luz de Cristo. (2)

Por sua vez, os cânticos, as orações e os ritos sagrados constituem um comentário vivo e perpétuo dos textos sagrados. De facto, «os próprios sinais visíveis que a liturgia utiliza foram escolhidos por Cristo ou pela Igreja para simbolizar as realidades invisíveis. Por isso não é só quando se faz a leitura do que foi escrito para nossa instrução (Rom 15, 4), mas também quando a Igreja reza, canta ou age, que a fé dos presentes é alimentada» (SC 33). Pondo os fiéis em atitude de oração, adaptada a cada

(1) Cf. G. LUKKEN, *Realización de la fe en la Liturgia*, in *Concilium* 82 (Fevereiro de 1973), pp. 167-182.

(2) Cf. A. G. MARTIMORT, *L'Eglise en Prière (I)* p. 285.

situação da existência cristã, a liturgia proporciona um verdadeiro diálogo entre Deus e o homem. «Efectivamente, na liturgia Deus fala ao seu povo, Cristo continua a anunciar o Evangelho e o povo responde com o canto e a oração» (SC 33).

Enfim, pelo seu carácter comunitário, a liturgia faz viver intensamente o mistério da comunhão eclesial e, por ele, o mistério do reino de Deus de que ela anuncia e antecipa, através dos símbolos sacramentais, o cumprimento definitivo.

A liturgia, porém, não dispensa a evangelização, a catequese em geral e a catequese litúrgica. A renovação litúrgica, prevista e promovida pelo Concílio, não se pode actuar com a observância quase mecânica de um certo número de prescrições, normas e regras cerimoniais. Requer um espírito, uma mentalidade, uma alma: requer uma «iniciação» ou educação à liturgia. (1)

A necessidade de uma catequese fundada sobre a liturgia é testemunhada desde a mais antiga tradição patrística. Ainda hoje se lêem com admiração as catequese dos Padres aos neófitos e as suas homilias sobre as festas litúrgicas. É todo um método de catequese fundado sobre a palavra de Deus e sobre os «ritos e orações» da liturgia (SC 48). Mas este método não é exclusivo de uma época da vida da Igreja ou de um movimento de Igreja: é a catequese da Igreja. Com que encanto lemos a acta do martírio de Paulo Miki e seus companheiros, ocorrido em Nagasaki, no Japão, em 1957: «Martinho cantava salmos de acção de graças e juntava-lhes o versículo **Nas tuas mãos, Senhor**. Paulo Miki começou por afirmar aos circunstantes que era japonês e pertencia à Companhia de Jesus, que ia morrer por haver anunciado o Evangelho, e que dava graças a Deus por lhe conceder tão elevado benefício. E por fim disse estas palavras: «Agora que cheguei a este ponto extremo da minha vida, nenhum de vós há-de acreditar que eu queria esconder a verdade. Declaro-vos portanto que não há outro caminho para a salvação do que aquele que possuem os cristãos. E como este caminho me ensina a perdoar, eu livremente perdoo ao imperador e a todos os autores da minha morte e peço a todos que se batizem». António estava ao lado de Luís, com os olhos fitos no céu. Depois de invocar o santíssimo Nome de Jesus e de Maria, entoou o salmo **Louvai o Senhor, servos do Senhor**, que tinha aprendido em Nagasaki no

(1) Cf. A. BUGNINI, *La Riforma Liturgica*, Roma 1983, p. 57.

catecismo; é que no catecismo costumam ensinar alguns salmos às crianças». (1)

Se por um lado nos alegramos com este testemunho, ao mesmo tempo ficamos a pensar que se o cronista achou interessante referir a recitação de salmos aprendidos no catecismo em Nagasaki é porque se teria perdido esse costume na velha Europa. Estaremos nós também à espera que sejam as comunidades novas de Ásia, da África e da América Latina a fazer-nos redescobrir a riqueza admirável da oração da Igreja, da Revelação e da liturgia?

Só uma catequese contínua, incansável, para todas as idades, poderá ajudar os fiéis a penetrar no mundo da liturgia, no mistério de Cristo e da sua Igreja. É um esforço que o Concílio pede a todos nós e a toda a Igreja, sem o qual permanecerão letra morta as perspectivas por ele abertas. A propósito da acção pastoral litúrgica, diz o Concílio: «O interesse pelo incremento e renovação da liturgia é justamente considerado como um sinal dos desígnios providenciais de Deus sobre o nosso tempo, como uma passagem do Espírito Santo pela sua Igreja, e imprime uma nota distintiva à própria vida da Igreja, a todo o modo religioso de sentir e de agir do nosso tempo» (SC 43).

L. RIBEIRO

(1) *Da História do martírio de S. Paulo Miki e seus companheiros*, in *Liturgia das Horas II*, p. 1413-1414.

Serviços Diocesanos do Património Histórico-Artístico: um sector a não olvidar

Ao contrário do que habitualmente apregoam aos quatro ventos certos sectores de orientação estatizante, a Igreja Portuguesa tem vindo a organizar, desde há várias décadas, estruturas sérias e eficientes no âmbito da defesa, investigação e valorização do património de carácter histórico, arqueológico e artístico que lhe pertence ou por ela é tutelado, como fiel depositária e guardiã. Para o conjunto de vinte e uma dioceses que participam na Conferência Episcopal do nosso País, incluindo Macau, são duas apenas as que não têm em funcionamento uma comissão de arte sacra ou serviço patrimonial (secretariado, departamento) de idêntico teor.

Estes organismos integram, actuando lado a lado, técnicos, religiosos e leigos, com diferentes especialistas (liturgistas, arquitectos, engenheiros, historiadores, competentes em arte, arqueólogos, etnólogos, quadros de conservação e recuperação, etc.), os quais levam a cabo uma tarefa permanente de assistência e estudo. É o caso, por exemplo, da aprovação de projectos de medidas de renovação de igrejas e anexos. Mas em muitos outros campos a sua colaboração igualmente se faz sentir, acompanhando de perto os problemas que lhes são apresentados.

O paciente e honrado trabalho dos órgãos diocesanos a que aludimos em prol da cultura e da arte tem produzido abundantes frutos. Os seus currículos — mesmo naqueles que são de criação mais recente — aí estão para o comprovar.

Numa análise em termos gerais deve salientar-se que são numerosos os templos e outros valores de cunho religioso, tanto imóveis como móveis, que têm, não só sido salvos da destruição ou

adulteração, mas também enriquecidos graças à vigilância das comissões de arte sacra e seus colaboradores, directos e indirectos. Sublinharemos, especialmente, o domínio do aconselhamento sobre pormenores técnicos de obras, que quase sempre se revela de grande importância.

Muitas dioceses estão a realizar actividades de inventário dos seus bens culturais, labor que se revela de excepcional interesse para a preservação e estudo do mesmo acervo. Este esforço preliminar, coordenado pelos serviços de património, significa um enorme avanço para a segurança das peças catalogadas contra eventuais furtos. A verdade é que só por intermédio de um bom conhecimento dos valores a defender podem ser estes devidamente acautelados. O arrolamento é, em determinados casos, feito por acordo com o Estado, que o subsidia de forma parcial através do Instituto Português do Património Cultural (Ministério da Cultura), ficando este organismo público com uma cópia de todas as fichas nos seus arquivos.

As comissões efectuam anualmente a emissão de grande número de pareceres, recomendações, avisos, etc., cooperando dentro dos seus recursos com estruturas diocesanas, públicas e particulares, que lhes fazem chegar consultas e pedidos de intervenção.

Entre os demais aspectos — e muitos haveria a analisar —, registaremos ainda a realização de exposições geralmente deveras concorridas (e publicação dos competentes catálogos), a feitura e edição de estudos, directórios e conjuntos de instruções e a colaboração assídua nos meios de comunicação regional, designadamente a imprensa.

Em diversas dioceses as comissões de arte sacra criaram, de acordo com as necessidades locais, subsecções específicas para determinados sectores: história, arqueologia, música, tradições populares, núcleos documentais, museografia, construção de novas igrejas. Este passo reforçou a eficácia da acção nas mesmas áreas.

No período actual, em que o carácter estatizante da nova legislação sobre o património cultural nacional provoca acesa polémica e leva a repensar a organização dos mecanismos de salvaguarda do nosso acervo tradicional, cremos de elementar justiça que não seja esquecido ou desvalorizado o papel fecundo que os referidos órgãos diocesanos vêm desempenhando a favor da Igreja e do País.

Para que possam prosseguir o seu funcionamento em moldes adequados e o consigam ampliar e modernizar, é necessário atribuir-se-lhes maior número de meios, humanos, técnicos e financeiros e, sobretudo, integrá-los de modo mais empenhado na vida quotidiana das dioceses, generalizando e tornando acessível a respectiva actuação em todos os casos em que ela possa ser útil.

Importa assinalar que o presente labor das comissões e demais estruturas pode ser muito melhorado através de três iniciativas que, ainda que tenham que ser cuidadosamente ponderadas, não devem ficar por mais tempo na gaveta.

Em primeiro lugar, é da máxima conveniência que se venha a fundar um organismo central no campo do património eclesiástico que assegure, respeitando embora as suas autonomias, uma constante coordenação dos serviços diocesanos com interferência no sector. É a solução adoptada em Itália com a **Pontificia Commissione Centrale per l'Arte Sacra**, evidenciando resultados meritórios.

A tal órgão — que poderá tomar a designação de Secretaria do Nacional de Arte e História Sacras (S. N. A. H. S.) — caberiam essencialmente, a nosso ver, as seguintes funções: promoção de encontros periódicos, de âmbito nacional ou inter-regional; recolha e difusão de informações, textos técnicos, normativas emanadas da Santa Sé, etc.; edição de um boletim de ligação; e gestão de um gabinete de conservação e recuperação de monumentos e demais valores, incluindo áreas tão especializadas como os fundos arquivísticos e bibliográficos ou a paramentaria.

Dispondo da possibilidade de estabelecer, de maneira directa, o contacto entre a Comissão Episcopal de Liturgia e o Secretariado Nacional de Liturgia e as estruturas diocesanas, o novo organismo seria apoiado por um conselho consultivo composto por representantes de todos os bispados.

Por outro lado, parece necessário que se venha a realizar, numa segunda fase, o aprofundamento de laços ao nível inter-diocesano. Para este efeito, julgamos oportuno o início de uma cooperação intensa no que diz respeito a regiões com identidade de problemas a enfrentar. É o que sucede, além de outras zonas, com as dioceses transtaganas.

Tendo em vista uma permuta produtiva, dever-se-iam organizar oficialmente estruturas de carácter intermédio entre os serviços diocesanos e o órgão nacional. Estas entidades de tipo federado receberiam, por exemplo, a denominação de Juntas Interdiocesanas

de Arte e História Sacras (J. I. A. H. S.). A colaboração no âmbito regional permite, como se tem demonstrado, uma profícua troca de experiências e o avanço de iniciativas conjuntas. Poderemos, deste modo, economizar recursos, distribuir de forma equilibrada as energias de cada estrutura diocesana e conseguir soluções mais rápidas, baratas e úteis.

Muito vantajosas podem ser, igualmente, as consequências do estabelecimento de associações de defesa e estudo do património cultural da Igreja, com carácter paroquial e arciprestal ou de vigararia, dotadas de constituição jurídica canónica e civil. O que afirmamos aplica-se por extensão aos grupos de amigos de monumentos e outros valores. Nas zonas onde já existem agremiações — conhecidas pela sigla A. D. P. — orientadas para objectivos genéricos semelhantes, ao nível de concelho ou região, e obrando de maneira positiva e isenta, é preferível tentar criar nestas grupos de trabalho ou secções relativos aos bens eclesiásticos, evitando-se assim uma desnecessária duplicação de esforços.

Os centros de âmbito geográfico circunscrito asseguram, quando bem conduzidos, um efectivo entrosamento com as comunidades locais em que se inserem e as suas crescentes sensibilização e dinamização. Ambas as coordenadas são essenciais para a correcta gestão patrimonial, o que foi reconhecido pelo Estado ao atribuir às A. D. P. uma posição privilegiada a respeito de tal matéria na Lei 13/85, de 6 de Julho. As pessoas colectivas deste tipo que coadjuvam as estruturas eclesiásticas poder-se-iam reunir em uniões diocesanas, fortalecendo-se de acordo com um espírito de coesão.

Fazemos votos por que as propostas ora apresentadas, bem como outras que venham a público, sejam devidamente ponderadas e, caso se revelem oportunas, como é o nosso parecer, não tarde a competente aplicação. As bases de acção cultural e científica da Igreja no campo de que nos ocupamos estão edificadas com solidez. Resta saber assegurar, como urge, o seu desenvolvimento equilibrado.

JOSÉ ANTÓNIO FALCÃO (*)

(*) Licenciado em História da Arte e Diplomado em Arquitectura Histórica. Director do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja. Vogal Correspondente da Comissão de Arte Sacra da Arquidiocese de Évora.

Comissões Diocesanas de Música Sacra

No dia 7 de Abril efectuou-se no Santuário de Fátima o 1.º encontro nacional de Comissões Diocesanas de Arte Sacra.

D. Albino Mamede Cleto, como presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, saudou os participantes, acentuou o interesse desta reunião e presidiu à oração de Laudes.

Depois, ficou na presidência D. António Francisco Marques, vogal da mesma Comissão, e os trabalhos foram orientados pelo Côn. António Ferreira dos Santos, presidente do Serviço Nacional de Música Litúrgica em formação.

Estiveram representadas as dioceses de Braga, Guarda, Lamego, Leiria e Fátima, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Vila Real e Viseu.

Cada participante fez o ponto da situação da sua diocese no campo da Música Litúrgica, verificando-se, no conjunto, entre os aspectos positivos, um certo esforço de renovação após o Concílio, a influência favorável dos encontros nacionais de pastoral litúrgica e das publicações existentes de Música Litúrgica; e, entre os aspectos negativos, a falta de formação satisfatória nos leigos e até nos seminários e institutos teológicos, e a ausência de critérios em muitos grupos corais e animadores do canto nas assembleias dominicais.

Notou-se ainda que, sendo Portugal um pequeno país, apresenta, no entanto, uma grande diferença de situações neste domínio, designadamente entre o norte e o sul.

Entre as várias sugestões feitas, apontamos as seguintes pela ordem em que foram surgindo : necessidade da preparação dum

missal de altar com as melodias oficiais; que o Serviço Nacional de Música Litúrgica esteja articulado estruturalmente com o Secretariado Nacional de Liturgia; que este Serviço tenha uma comissão directiva; que as comissões diocesanas reúnam anualmente; necessidade da fundação de um instituto de Música Sacra; preocupantes as aulas de Música Sacra nos seminários; necessidade de aprovação oficial para as músicas litúrgicas que se publicam; urgência de uma folha informativa neste Serviço; intervenção do Serviço Nacional a criar nos programas litúrgicos de rádio e televisão; conveniência de programas comuns entre as dioceses afins; ajuda a prestar por este Serviço às comissões diocesanas; desejo de os responsáveis diocesanos serem ouvidos sobre a colectânea de músicas litúrgicas em preparação; maior número de conferências sobre Música nos encontros nacionais de pastoral litúrgica; hipótese de um curso por correspondência a cargo do Serviço Nacional.

Este encontro decorreu em bom ambiente, demonstrou claramente o espírito positivo que animava os participantes, e não terminou sem que se marcasse uma nova reunião para os dias 24 e 25 de Julho do ano corrente.

Os leigos na Liturgia

— reflexão a nível europeu feita em Lisboa

O 8.º Encontro Europeu dos Secretários Nacionais de Liturgia efectuado em Lisboa, de 26 a 31 de Maio passado, tratou dos **Leigos na Liturgia**, temática que responde a uma preocupação geral na Europa e, por certo, em todo o mundo cristão.

Efectivamente, os leigos na Liturgia e na Igreja não ocupam um lugar secundário e passivo, mas fundamental e activo, como o Vaticano II teve o cuidado de sublinhar nos seus documentos, a começar pela Constituição sobre a Liturgia e a continuar na Constituição sobre a Igreja.

As respostas ao inquérito que preparou este Encontro foram analisadas e sintetizadas pelo **bureau** coordenador em treze temas maiores, entre os quais convém relevar : a fundamentação teológica e cultural do papel dos leigos, os ministérios laicais segundo o novo Código de Direito Canónico, o papel dos leigos na preparação dos Sacramentos, a presidência de certos actos litúrgicos pelos leigos, o ministério dos leigos na Igreja e no mundo, e as assembleias dominicais sem Missa.

Estas 13 sínteses — cada uma das quais continha uma breve introdução, um resumo das respectivas respostas e o parecer dum perito na matéria — foram estudadas em Lisboa pelos quatro grupos presentes e depois postas em comum nos plenários que se seguiam a cada trabalho de grupo.

Cada país da Europa apresentava a sua própria situação, que em geral não se confunde com a dos outros países. Daí o interesse e a riqueza desta partilha.

Assim, o que se passa na Grécia — país com 40 000 cató-

licos em maioria ortodoxa — não tem qualquer comparação com o que se passa em Portugal, Espanha ou Itália — países de secular tradição católica.

O trabalho do Encontro não foi, porém, puramente informativo e prático, porque a Teologia esteve presente na francesa Monique Brulin, que não deixou de intervir no momento próprio para precisar os aspectos teológicos à medida que os problemas iam surgindo e necessitavam de uma iluminação teológica.

Os elementos recolhidos, que dão um panorama objectivo da situação dos leigos na Liturgia em quase toda a Europa, vão ser enviados às entidades nacionais mais responsáveis e deverão contribuir, dentro da sua área, para o próximo Sínodo dos Bispos, cuja temática abrange justamente os leigos na Igreja e no mundo.

Na última sessão, elegeram-se os membros do novo **bureau** coordenador, que vai organizar o próximo Encontro. Esta eleição recaiu nos representantes da França, pela língua francesa; da Inglaterra, pela língua inglesa; da Alemanha Federal, pela língua alemã; de Portugal, pela Europa meridional; e da Jugoslávia, pelos países do Leste europeu. Foi eleito para presidente deste grupo coordenador Gaston Savornin, da França, que já ocupava este cargo.

Não deixa de se revestir de particular importância para os países de tradição católica, como o nosso, a temática que foi sugerida pelos países do centro europeu e veio a recolher a maioria de votos : **a Liturgia e a piedade popular.**

Esteve presente em várias sessões e presidiu à celebração eucarística do último dia D. Albino Cleto, que representava o Conselho das Conferências Episcopais da Europa e, como tal, dirigiu palavras de estímulo aos participantes e mostrou o maior interesse pelas conclusões do Encontro.

Passou também umas horas de convívio com os secretários europeus o Sr. D. António Ribeiro, Cardeal Patriarca de Lisboa, que acolheu os hóspedes europeus em nome da Diocese lisiponense e manifestou o seu apreço pelos trabalhos em curso.

No único dia livre do Encontro puderam os secretários europeus peregrinar até Fátima, onde concelebraram a Eucaristia no dia do Corpo e Sangue de Cristo, e depois visitar o convento da Batalha, o mosteiro de Alcobaça, o sítio e a praia da Nazaré.

Em Lisboa, foi-lhes proporcionado apreciar o mosteiro dos

Jerónimos, a Sé com o seu tesouro, e o Castelo de S. Jorge, onde tiveram uma recepção oferecida pela Câmara Municipal.

Não deixa de constituir motivo de satisfação para o nosso País, tão mal conhecido na Europa e no mundo, verificar a surpresa e a admiração dos secretários europeus perante a beleza das nossas paisagens, a arte dos nossos monumentos, a antiguidade da nossa história, a fé e a bondade do nosso povo, que os acolheu com requintes de hospitalidade e carinho.

Além do Vaticano, através de Mons. Piero Marini, sub-secretário da Congregação do Culto Divino, estiveram representadas as Comissões dos seguintes países : Alemanha Federal, Áustria, Bélgica, Escócia, Espanha, França, Grécia, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Jugoslávia, Polónia, Portugal e Suíça.

XII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

TEMÁTICA : OS LEIGOS NA LITURGIA

- *LITURGIA E SACERDÓCIO COMUM NOS DOCUMENTOS DO VATICANO II* — por D. JOSÉ DA CRUZ POLICARPO.
- *A PARTICIPAÇÃO DOS LEIGOS NA LITURGIA AO LONGO DA HISTÓRIA* — pelo Cón. JOSÉ FERREIRA.
- *OS MINISTÉRIOS LAICAIS NA LITURGIA* — pelo P. Dr. JOSÉ DE LEÃO CORDEIRO
- *ASSEMBLEIAS DOMINICAIS SEM MISSA* — pelo P. Dr. LUIS RIBEIRO DE OLIVEIRA.
- *FORMAÇÃO LITÚRGICA DOS LEIGOS* — pelo Dr. PEDRO FERREIRA, OCD.
- *A PARTICIPAÇÃO DOS LEIGOS NA LITURGIA ATRAVÉS DO CANTO* — pelo Cón. Dr. ANTÓNIO FERREIRA DOS SANTOS.
- *A MESA NA CEIA DO SENHOR* — palestra sobre Arte Sacra e arranjo do altar — por D. ALBINO MAMEDE CLETO.

LOCAL : SANTUÁRIO DE FÁTIMA

O XII Encontro Nacional será efectuado, mais uma vez, no Santuário de Fátima : Basílica, Capelinha das Aparições e Centro Pastoral Paulo VI.

O XII Encontro Nacional será de 15 a 19 de Setembro de 1986, começando às 17 horas do dia 15, segunda-feira, com a oração e a primeira conferência do programa, e terminando ao meio dia de 19 com a Celebração Eucarística.

INSCRIÇÕES

As inscrições destinam-se a suportar as despesas do Encontro, incluindo o material que nele se oferece aos participantes : guião das celebrações litúrgicas, pastas e impressos.

O agravamento das inscrições nos dias do Encontro pretende, única e exclusivamente, impedir os inconvenientes que tais inscrições acarretam à organização do Encontro.

Até ao dia 13/Setembro

Nos dias do Encontro

Individual	1 200\$00	1 500\$00
Casal	2 000\$00	2 300\$00
Jovem	1 000\$00	1 300\$00

HOSPEDAGEM

O Santuário de Fátima pôs à disposição do Encontro a renovada Casa de N.^a S.^a do Carmo, aumentando assim a sua capacidade em quartos individuais. Mas privou o Encontro de contar com o Albergue de N.^a S.^a das Dores (Hospital) e de parte da Casa de N.^a S.^a das Dores — agora destinados em exclusivo à instalação dos doentes.

No entanto, as instalações do Abrigo de Peregrinos Paulo VI, que foram recentemente melhoradas, têm capacidade para acolher todos os participantes interessados em compartimentos de uma, duas ou três camas.

Além disso, esta maior capacidade de alojamentos do Santuário permite manter **os mesmos preços de hospedagem do ano**

passado para os quatro dias do Encontro, como consta do quadro seguinte :

1.	Refeições e dormidas em quarto individual ...	6.000\$00
2.	» » » » » de 2 camas	5.500\$00
3.	» » » » compartimentos de uma, duas ou três camas	4.000\$00
4.	Só refeições nos 4 dias	3.750\$00

Cursos de pós-graduação em Liturgia no Brasil

Criada por Decreto do Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, de 20 de Dezembro de 1983, com autorização da Congregação para a Educação Católica, de 5 de Novembro de 1983 (Prot. n.º 369/83/3), a Secção de Especialização em Liturgia, dentro da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção de São Paulo, realiza as suas actividades académicas desde o dia 4 de Março de 1985.

O Curso tem por objectivo capacitar os alunos para a análise da realidade litúrgica latino-americana e reflectir sobre ela à luz da Sagrada Escritura e da Tradição, para se chegar a uma fundamentação teológica que permita elaborar uma metodologia científica (visando a pesquisa e o ensino) e uma pedagogia litúrgica, que ajude o povo latino-americano a celebrar a sua caminhada de fé. O curso pretende assim responder à necessidade, sentida em toda a América Latina, da formação de liturgistas que correspondam à caminhada da Igreja neste continente.

A duração do curso para a obtenção do título de Mestre em Teologia na «Área de Liturgia» é, no mínimo, de dois anos, com aulas intensivas de manhã e à tarde, de 3.ª a 5.ª-feira, durante um ano lectivo e dois meses, e no máximo de seis anos para quem preferir frequentar só algumas matérias por semestre.

Disciplinas

a) Obrigatórias :

Introdução geral à liturgia; metodologia científica; questões antropológicas; história da liturgia; teologia da liturgia (inclusive também : a liturgia do Vaticano II em Medellín e Puebla; assembleia, celebração, palavra e símbolo; música e canto; tempo e espaço na liturgia); teologia e liturgia dos sacramentos; comunicação na liturgia; pedagogia e formação litúrgica; piedade popular e liturgia.

b) Opcionais (no ano de 1986) :

Catequese e liturgia; Semana Santa e piedade popular; os salmos na liturgia; liturgia nas CEBs.

c) Seminários (no ano de 1986) :

Liturgia no Novo Testamento; análise da linguagem de textos eucológicos.

A Faculdade oferece também a possibilidade de aprender latim e grego.

Professores

Frei Alberto Bekhauser, Pe. António Haddad, Étienne Higuét, Pe. Gregório Lutz, Ione Buyst, Frei José Arioaldo da Silva, Pe. Manoel João Francisco, Pe. Maucyr Gibin, Pe. Mauro Baptista e outros.

Mestrado e Doutorado

a) Para obtenção do título de Mestre em Teologia na Área de Liturgia o aluno deve alcançar 70 créditos assim discriminados :

- 32 créditos por participação e aprovação nas matérias obrigatórias.
 - 8 créditos por participação e aprovação nas disciplinas opcionais.
 - 12 créditos em três seminários.
 - 4 créditos pela orientação da Tese.
 - 14 créditos pela apresentação e defesa da Tese de Mestrado.
- b) Para a obtenção do título de Doutor em Teologia na Área de Liturgia o candidato deve alcançar 56 créditos assim discriminados :
- 24 créditos por participação e aprovação em seis cursos semestrais.
 - 4 créditos pela orientação da Tese.
 - 28 créditos pela apresentação e defesa de uma Tese que signifique uma original contribuição no campo da Liturgia.

Condições de Admissão

- a) Para a admssão ao curso de Mestrado «em teologia com especialização em liturgia», o candidato deve comprovar a conclusão do primeiro ciclo de Teologia (bacharelado). Tendo feito o primeiro ciclo completo, sem haver tido oportunidade de fazer o exame de bacharelado, o candidato dverá submeter-se ao exame «de universa». Além de Latim e Grego, que poderiam ser estudados ainda durante o curso do mestrado, exige-se, para a admissão a este curso, o conhecimento de uma língua moderna, além do espanhol.

- b) Para a admissão ao Curso de Doutorado o candidato deve possuir o título de mestre em liturgia ou em teologia com especialização em liturgia ou a licenciatura romana correspondente e aceite pelo departamento.

Moradia

Quem o desejar, pode-se alojar no próprio local do curso, nas dependências da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

Matrícula

A matrícula pode ser feita antes do início de cada semestre, o mais tardar na semana anterior ao início das aulas. No entanto, as vagas são limitadas, para não se trabalhar com turmas excessivamente grandes. Por isso, os interessados deverão fazer reservas de vagas até o final do semestre anterior. Quando fizerem as reservas receberão informações mais detalhadas, também sobre as taxas de matrícula e mensalidades.

Informações

Com o coordenador do curso, Pe. Gregório Lutz CSSp, Avenida Nazaré, 993, 042 3 São Paulo, SP, ou na Secretaria da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, no mesmo endereço.

Pelo Secretariado Nacional de Liturgia

Livros em Preparação

MISSAL ROMANO

Trata-se de um trabalho fundamental, que é prioritário para este SNL, mas que, pelo número das orações e pelas suas características peculiares de adaptação, tem levado mais tempo a realizar do que seria desejável.

Estamos a entrar presentemente na revisão da parte final, confiando que não venham a surgir mais obstáculos ou interrupções, tanto mais que o **Ordinário da Missa** parece livre de complicações após a aceitação do acordo a que se chegou no Brasil quanto aos diálogos de e com a assembleia, por parte da Conferência Episcopal Portuguesa.

Notícias fidedignas, vindas recentemente do Brasil, levam a esperar que igual deliberação venha a ser feita em breve pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

RITUAL DA DEDICAÇÃO DA IGREJA E DO ALTAR

Traduzida a parte principal deste Ritual e já usada várias vezes, a título provisório, aguarda-se para breve a conclusão do texto português, a fim de se fazer a respectiva publicação.

CERIMONIAL DOS BISPOS

Este Cerimonial, que só foi promulgado em 1984, não se pode considerar rigorosamente um livro litúrgico, porque se não utiliza nas celebrações litúrgicas.

É, no entanto, muito útil não só ao Bispo, «que deve ser tido como o sumo sacerdote do seu rebanho, em quem tem origem e de quem depende, de algum modo, a vida dos fiéis em Cristo» (SC 41), mas também ao mestre de cerimónias e aos diversos ministros que participam activamente nas celebrações litúrgicas.

Como esta participação, de acordo com a própria natureza da celebração comunitária e os princípios conciliares, se torna cada vez mais diversificada, cresce, por isso mesmo, o número daqueles que precisam de encontrar no novo Cerimonial dos Bispos uma fonte de orientação e uma norma de actuação.

A forma como foi redigido permite conservar, onde convém, os costumes e as tradições locais de cada Igreja particular.

A maior parte das leis litúrgicas que o novo Cerimonial contém, conserva o carácter obrigatório que lhe advém dos livros litúrgicos já editados.

Pretende este Cerimonial contribuir para uma liturgia episcopal simples e ao mesmo tempo nobre, cheia de eficácia pastoral, de modo a poder apresentar-se como modelo de todas as demais celebrações.

O objectivo pastoral último deste livro é fazer com que as celebrações litúrgicas, presididas pelo Bispo, não sejam mero aparato cerimonial mas constituam a principal manifestação da Igreja particular.

O texto português foi objecto de três revisões sucessivas e está em condições de ser levado à Conferência Episcopal Portuguesa para estudo e aprovação.

O Brasil recebeu uma cópia desta versão e propõe-se fazer uma edição própria com uma tiragem razoável, de modo a permitir que o Cerimonial se venha a encontrar em todas as paróquias e comunidades religiosas.

LITURGIA DAS HORAS

Além da edição da Liturgia das Horas num só volume, incluindo Laudes, Hora Intermédia, Vésperas e Completas, a qual teve uma tiragem excepcional de 12.500 exemplares, começou a preparar-se, sob a orientação técnica deste SNL, uma nova edição em quatro volumes, uma vez que alguns volumes já se encontram esgotados.

LIVRO DE LEITURAS PATRÍSTICAS

Deliberou o SNL facilitar ao maior número possível de pessoas interessadas o tesouro inesgotável das leituras patrísticas da Liturgia das Horas. O livro, que está em preparação, indicará as leituras bíblicas e apresentará o texto integral das leituras patrísticas correspondentes. Isto, para não aumentar excessivamente o volume e porque grande parte das pessoas possui e utiliza já a Bíblia.

LITURGIA E PASTORAL DA FÉ

Com este título, que serviu de temática ao XI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, efectuado em 1985, começou a composição de um livro com todas as conferências que foram então proferidas perante mil e duzentas pessoas.

Os trabalhos dos últimos Encontros nacionais têm sido publicados no Boletim, em números especiais, mas, embora constituam estudos de grande interesse, não escapam ao inconveniente de absorverem por completo a capacidade do Boletim, que deixou de informar e de manter um contacto mais frequente com os seus assinantes,

LITURGIA HORARUM

Começou a ser publicada uma nova edição típica da Liturgia das Horas em latim, à distância de 15 anos da 1.^a edição.

Tem 4 volumes e apresenta como característica própria o uso da Nova Vulgata para os textos das leituras, salmos e cânticos bíblicos.

Nos domingos e solenidades, as antífonas **ad Benedictus** e **ad Magnificat** são inspiradas no Evangelho proclamado na Missa do dia. Além disso, a redacção dos hinos foi cuidadosamente revista. Por fim, vem enriquecida com novos índices das leituras bíblicas e patrísticas, das antífonas e dos responsórios.

NOTITIAE

O boletim da Congregação do Culto Divino, no 1.^o número deste ano, dá notícia da reunião das Comissões Episcopais de

HINÁRIO DA LITURGIA DAS HORAS

O SNL tem recebido vários pedidos para a publicação de um livro com todos os hinos da Liturgia das Horas. A razão deste pedido baseia-se no facto de que há muitos utentes da Liturgia das Horas, que se servem da 1.^a edição em fascículos ou das edições abreviadas num só volume e não podem dispor, por isso mesmo, da riqueza poética da última edição.

Tendo em conta esta situação, que merecia ser considerada, o SNL resolveu proceder à preparação deste hinário. Oxalá que num futuro não muito distante possamos publicar este hinário com as respectivas músicas.

Actividades

ENCONTROS DIOCESANOS

Estimular a realização de encontros diocesanos e prestar-lhes toda a colaboração que seja possível é uma das grandes preocupações deste SNL. Assim, todos os anos é convidado pelas comissões ou secretariados diocesanos a colaborar, designadamente através de alguns dos seus vogais, que se prontificam a fazer os trabalhos que lhes são pedidos.

Esta colaboração é antiga, mas só é possível neste momento fazer uma breve referência aos encontros diocesanos efectuados desde Janeiro com a intervenção do SNL.

Lisboa — Em Fevereiro último, realizou-se em Lisboa um encontro diocesano que teve por temática a celebração e contou com cerca de 50 participantes.

Viana do Castelo — Nos três dias das férias do Carnaval, como já é da tradição, foi o encontro diocesano de Viana do

Castelo. A temática inspirou-se na do XI Encontro Nacional. Pelo SNL colaboraram o Cón. José Ferreira e o Dr. Pedro Ferreira. Inscreveram-se cerca de 300 pessoas, que foram assíduas e interessadas em todos os trabalhos e celebrações. A regularidade destes encontros, que nasceram com a nova diocese, a grande participação alcançada, a presença significativa de jovens, o interesse manifestado por todos, clero e leigos, fazem destes encontros de Viana um acontecimento que não tem comparação a nível diocesano.

Évora — De 11 a 13 de Abril, efectuou-se em Évora o VIII encontro diocesano. Por parte deste SNL, colaboraram o Cón. José Ferreira e o Dr. José de Leão Cordeiro. Participaram cerca de noventa pessoas. Para as celebrações, que foram apreciadas, fez-se um guião próprio com algumas composições musicais feitas pelo P. António Cartagenó expressamente para este encontro, e com outras, já conhecidas, de outros compositores nacionais.

Beja — Nos dias 25 e 26 de Abril, fez-se em Beja o III Encontro diocesano, que teve por temática a Iniciação Cristã dos Adultos e contou com cerca de duzentas pessoas de todas as paróquias da diocese. O SNL colaborou com os mesmos vogais que intervieram no encontro de Évora.

Coimbra — Nos primeiros dias de Maio, foi a vez de Coimbra com uns noventa participantes. A temática coincidiu com a do XI Encontro nacional. O SNL colaborou com os vogais: Cón. José Ferreira, Dr. Pedro Ferreira e Dr. Luis Ribeiro. Pode dizer-se que este encontro foi simples e participado.

Açores — Mereceu a este SNL um cuidado especial na sua preparação e, por certo, vai ter na sua execução o encontro diocesano dos Açores, que vai realizar-se de 30 de Junho a 18 de Julho próximos. Terá uma temática própria e contará com os seguintes vogais do SNL: Cón. José Ferreira, Dr. Luis Ribeiro, Dr. José de Leão Cordeiro, Mons. Aníbal Ramos e Cón. Dr. António Ferreira dos Santos. Este encontro pretende ser, na programação da pastoral diocesana, um ponto alto nas celebrações jubilares dos 450 anos da diocese de Angra e irá realizar-se em três centros: Angra, Horta e Ponta Delgada, respectivamente na Terceira, Faial e S. Miguel.

Assembleias dominicais sem padre

Mons. João Honoré, arcebispo de Tours, França, publicou em Abril passado uma nota pastoral sobre »as assembleias dominicais na ausência do padre» (ADAP).

Deste documento pastoral, transcrevemos algumas passagens que nos parecem mais significativas.

O DIA DO SENHOR

Trata-se, antes de mais, de celebrar o domingo, Dia do Senhor. Esta consideração do Dia do Senhor é e deve continuar a ser a primeira de todas.

É a primeira, porque, desde as origens, os cristãos são chamados a reunirem-se ao domingo para celebrar, no louvor e na acção de graças, a Ressurreição do Senhor. Este dia deve ser santificado; antes de tudo, pela Assembleia dominical dos fiéis.

É a primeira, também, porque esta Assembleia dos fiéis reunidos para a celebração da oração dominical é o sinal privilegiado, o símbolo mais alto da vida cristã.

Quando os cristãos se reúnem neste lugar público que é a igreja, a sua presença é muito mais que a de indivíduos que se juntam. Reunidos, estes cristãos significam a Igreja. Reunidos, fazem a Igreja.

Não se pode duvidar; as assembleias dominicais na ausência do padre estão na lógica pura desta lei — imprescritível em regime cristão — que quer que o Dia do Senhor seja o Dia da Assembleia que celebra publicamente os mistérios da fé.

Que os fiéis, na impossibilidade de participar numa liturgia eucarística, por falta de padres, não hesitem portanto, em se reuni-

rem ao domingo na sua igreja paroquial para nela rezarem em conjunto, testemunharem a sua fé comum e exprimirem a sua comunhão eclesial.

Não é só um direito que exercem, é um dever religioso a que se submetem, significando de forma colectiva e visível a homenagem ao Criador e ao Salvador dos homens.

Nem a oração particular, nem a emissão televisiva da Missa podem substituir esta manifestação dum culto público que só pode ser assegurado pela reunião dos cristãos na ausência de padres que celebrem a Missa.

ASPECTOS POSITIVOS

A prioridade absoluta que deve ser dada à celebração do Dia do Senhor não deve fazer esquecer os aspectos mais positivos acentuados, na maioria dos casos, pela experiência das ADAP.

Entre estes aspectos positivos, são de mencionar:

- a manutenção e a continuidade duma vida de paróquia ameaçada pelo êxodo rural,
- o serviço religioso assegurado a pessoas que se não podem deslocar : crianças e idosos,
- Assembleia feita mais por participantes do que por assistentes,
- cristãos mais responsáveis e preocupados com a formação
- um «reconhecimento» mais esclarecido do sentido da Missa e do lugar do padre.

Livremo-nos, todavia, de confundir as vantagens que resultam da prática das ADAP com o que é a sua razão essencial, como foi já esboçada e que é a santificação do Dia do Senhor.

Por maior que seja o fruto espiritual ou pastoral que possamos esperar das ADAP para os que nelas participam ou para a comunidade cristã, não chega para as motivar ou justificar. Senão, poderíamos chegar a pensar que é desejável a falta de padres, porque permitiria aos cristãos afirmarem-se e progredirem na fé.

De facto e de direito, a ADAP é uma celebração de recurso, que não pode nem deve ocupar o lugar da Missa nem substituí-la. Se é necessária, não basta para atingir a plena dimensão do culto

eucarístico. Falta-lhe o essencial: a celebração do Memorial do Senhor pelo padre que age **in persona Christi**. De alguma sorte, é uma «liturgia oca» que, pelas suas faltas e limites, faz compreender o que a Missa tem de único e insubstituível, e o papel indispensável que nela tem o padre.

Isto não significa que a ADAP seja em celebração em quebra. Deve ser praticada pelo que ela é: uma assembleia de cristãos que, a nível de leigos, fazem Igreja para santificar o Dia do Senhor na ausência do padre.

Correio dos Leitores

É sempre com satisfação que recebemos as apreciações que os nossos leitores fazem ao nosso Boletim. Mesmo que seja para apontar algum aspecto menos positivo.

Em geral, os leitores são mais frequentes em elogiar do que em criticar. Isto pode deixar supor que há menos coragem em comentar aquilo que é ou parece ser digno de correcção.

Mas não deixamos de publicar os comentários agradáveis que nos são dirigidos.

Assim, de uma assinante de Coimbra:

«Obrigada pela vossa publicação que muito aprecio e me ajuda».

E de um assinante e colaborador alentejano:

«Li o n.º 41 com muita atenção e vejo que a publicação está a atingir uma qualidade muito apreciável, tanto ao nível de conteúdo como de apresentação gráfica. As minhas felicitações muito sinceras a V. Rev.ma e aos demais colaboradores do Secretariado».

Agradecemos estas apreciações favoráveis, que não deixam de constituir um estímulo para o nosso trabalho.